



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS  
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS  
CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO - CNCD/LGBT**

**25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNCD/LGBT**

Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SCS-B, Quadra 09, Lote C, Ed.  
Parque Cidade Corporate, Torre A, 8º Andar, Auditório da SDH– Brasília DF

**RESUMO EXECUTIVO**

Em vinte e sete de fevereiro de dois mil e quinze, reuniu-se no Auditório da SDH, para a 25ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de LGBT, às 8h30, Conselheiros/as, Representantes de Governo e convidados/as. A mesa de abertura foi composta pela Presidenta Janaína Oliveira – Rede Nacional de Negras e Negros – Rede AFRO, pela Vice-Presidenta Samanda Alves de Freitas – Secretaria de Direitos Humanos – SDH e pelo Sr. Paulo Roberto Martins Maldos – Secretário Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos.

Os/As Conselheiros/as presentes foram: Gil Santos – Central de Movimentos Populares – CMP; Keila Simpson – Associação Nacional de Travestis Transexuais – ANTRA; Lohren Beauty – Grupo E-Jovem de Adolescentes Gays, Lésbicas e Aliados; Daniel de Jesus dos Santos – Fórum Nacional de Juventude Negra – FONAJUNE; Heliana Hemetério dos Santos – Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT; Janaína Oliveira – Rede Nacional de Negras e Negros – Rede AFRO; Jovanna Cardoso da Silva – Associação Nacional de Travestis Transexuais – ANTRA; Léo Mendes – Articulação Brasileira de Gays – ARTGAY; Maria Guilhermina da Cunha Salasário Ayres – Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT; Marina Reidel – Associação Brasileira de Estudos da Homocultura – ABEH; Marylucia Mesquita Palmeira – Conselho Federal de Serviço Social – CFESS; Roselaine Dias da Silva – Liga Brasileira de Lésbicas – LBL; Yone Lindgren – Articulação Brasileira de Lésbicas – ABL; Walmir Siqueira – Central Única dos Trabalhadores – CUT; Rebeca Valadão Bussinger – Conselho Federal de Psicologia – CFP.

Os/As Representantes de Governo presentes foram: Alexandre Bortolini – Ministério da Educação – MEC; Tiago da Fonseca Cabral – Ministério da Justiça – MJ; Adrianna Figueiredo Soares – Ministério do Desenvolvimento Social – MDS; Samanda Alves de Freitas – Secretaria de Direitos Humanos – SDH; Ivanildo Franzosi – Casa Civil – CC; Marina Marinho – Ministério da Saúde – MS; Laís Campelo Vieira Corrêa – Ministério do Turismo – MTUR; Rurany Ester Silva – Secretaria de Políticas para Mulheres – SPM; Marcos Willian Bezerra de Freitas – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR; Thaís Borges S. P. Werneck – Ministério da Cultura – MinC; Marta Pordeus – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG.

Os/As seguintes convidados/as e participantes estiveram presentes: Thiago Garcia – SDH/SNPDDH; Adriana Marques Aidar – Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade

do Estado do Rio de Janeiro – IESP/UERJ; Ludymilla A. Santiago Carlos – Gerente da CODIV/SMIDH/GDF; Patrick Thiago Bomfim - CODIV/SMIDH/GDF; Luis Henrique Vieira – SDH/PR; Lucas de Alencar Oliveira – Ordem dos Advogados do Brasil – OAB; Cláudia Barreiros – Liderança do PT – Câmara dos Deputados; Carlos Magno Fonseca – Presidente da ABGLT; Stella Matta Machado – SPM/PR; Pablo Brandão – ABGLT; Vinicius Alves – ABGLT; Adriana Escorse de Moraes – Coordenadora-Geral do CNCD/LGBT.

A Presidenta Janaína Oliveira iniciou a 25ª Reunião Ordinária com o pedido de um minuto de silêncio e que todos Conselheiros fiquem de pé em homenagem a Lurdinha Rodrigues que era Conselheira e Coordenadora Geral da Diversidade da pasta da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR) que faleceu em 14 de fevereiro. Após agradeceu a participação do Sr. Paulo Roberto Martins Maldos – Secretário Nacional de Promoção de Defesa dos Direitos Humanos e passou a palavra para ele.

O Sr. Paulo Roberto Martins Maldos – Secretário Nacional de Promoção de Defesa dos Direitos Humanos, agradeceu a participação para assim conhecer a luta de todos e para a troca de informações da agenda. Ele relatou que é psicólogo, trabalhou com educação popular junto a setores populares, urbanos e rurais de todo o País, por meio do CEPIS – Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae (SP), de 1978 a 1991. Foi assessor político do Secretariado Nacional do Cimi – Conselho Indigenista Missionário (organismo da CNBB, Brasília) de 1991 a 2009. Desde abril de 2009 foi assessor especial da Presidência da República, atuando principalmente na interlocução com os povos e organizações indígenas e movimentos sociais do campo brasileiro. Demonstrou que está na luta na área de Direitos Humanos há décadas, sempre aberto a diálogos com interlocução. E que é necessário o aprofundamento da democracia para as subjetividades humanas. E ainda ressaltou que está à disposição para conhecer a agenda do Colegiado.

Com a finalização da apresentação a Presidente Janaína Oliveira questionou sobre a pauta, se estavam todos de acordo e se alguém queria retirar ou acrescentar algo nela. Não havendo nenhum destaque foi APROVADA a pauta abaixo em destaque:

Objetivos da 25ª Reunião Ordinária:

- Eleições do CNCD/LGBT 2015-2017;
- III Conferência Nacional LGBT;
- Projeto de Lei 7582/14; e
- Discussão e deliberação sobre encaminhamentos da 20ª Reunião Ordinária das Câmaras Técnicas Permanente do CNCD/LGBT.

Item 1) Abertura da Sessão (8:30 às 9h)

1.1 Verificação de quórum;

1.2 Abertura da 25ª Reunião Ordinária;

1.3 Aprovação da Pauta da 25ª Reunião Ordinária do CNCD/LGBT.

Item 2) Informes da Mesa Diretora, das Conselheiras, dos Conselheiros, da Coordenação Geral de promoção dos Direitos de LGBT (9h às 10h)

Item 3) Eleições do CNCD/LGBT 2015-2017 (10h às 12h)

3.1 Comissão Eleitoral;

3.2 Edital;

3.3 Calendário.

Almoço – (12h às 14h)

Item 4) III Conferência Nacional LGBT (14h às 15h)

- 4.1 Divulgação
- 4.2 Objetivos
- 4.3 Datas das etapas municipais, estaduais e distritais
- 4.4 Documento orientador.

Item 5) Resolução sobre Direitos Humanos de LGBT aprovada no Conselho de Direitos Humanos da ONU (15h às 15h30)

Item 6) Projeto de Lei (PL 7582/14) que tipifica os crimes de ódio e intolerância (15h30 às 16h30)

Item 7) Discussão e Deliberação sobre Encaminhamentos da 20ª Reunião das Câmaras Técnicas permanentes (16h30 às 17h30)

- 7.1 Câmara Técnica Permanente de Legislação e Normas;
- 7.2 Câmara Técnica Permanente de Articulação Institucional, Planejamento, Orçamento e Monitoramento do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos para LGBT;
- 7.3 Câmara Técnica Permanente de Monitoramento, Prevenção e Combate da Violência contra a população LGBT.

Item 8) Encaminhamentos finais e Encerramento (17h30 às 18h)

Keila Simpson informou que em São Paulo entre os dias 20 e 23 de fevereiro houve o 1º Encontro de Homens Trans – ENAHT em que teve apoio do Instituto Brasileiro de Transmasculinidade – IBRAT para basilar os objetivos deste movimento. Houve neste primeiro Encontro 130 homens participantes. E este espaço com movimento novo e tantos outros estão invisibilizados e que eles acreditam que estes outros vão aparecer a partir deste 1.º ENAHT.

Marina Reidel em sua fala destacou que em janeiro teve o 1ª Semana de Visibilidade Trans Nordestina em que houve grande importância para a demarcação dos direitos nos espaços e foram recebidos com ordem de militares. Antigamente historicamente eram recebidos com violência e agora foram recebidos com honras militares. E ainda no Rio Grande do Sul foi constituído o Conselho Estadual com três pessoas diretivas provisória. Comentou também sobre o lançamento do livro “Travestis e prisões: experiência social e mecanismos particulares de encarceramento no Brasil” que ocorreu no dia 29 de janeiro, que é também quando foi celebrado o Dia Nacional de Visibilidade Trans. Esta obra citada possui um caráter fundamentalmente social, porque tem por objetivo devolver os dados da pesquisa às próprias travestis e homens presos entrevistados e fala sobre o cárcere e que o LGBT vive a violência o tempo todo nas prisões.

Rebeca Valadão Bussinger retratou que o setor onde atua está à disposição para esta caminhada do Conselho para parcerias de conhecimentos e diálogos. Demarcou que há demandas complicadas no ano de 2015, tais como o pastor Marcos Feliciano mentiu em seu blog dizendo que CFP estava articulado com o MEC. Segundo Rebeca existem demandas cristãs na Resolução 001/99 sobre o psicólogo que não pode curar a homossexualidade. Em virtude de uma interpretação errônea da Resolução CFP 001/99 – que estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual – o Conselho Federal de Psicologia esclarece que a norma não proíbe as (os) psicólogas (os) de atenderem pessoas que queiram reduzir seu sofrimento psíquico causado por sua orientação sexual, seja ela homo ou heterossexual, e nem tampouco, pretende proibir as pessoas de buscarem o atendimento psicológico.

De acordo com a regulamentação, em seu art. 1º, as/os psicólogas/os atuarão segundo os princípios éticos da profissão notadamente aqueles que disciplinam a não discriminação e a promoção e bem-estar das pessoas e da humanidade, o que também está disposto no art. 2º do Código de Ética

da profissão, que veda à categoria praticar ou ser conivente com quaisquer atos que caracterizem negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade ou opressão.

A Presidenta Janaína Oliveira informou que consolidou-se que a presidência da Comissão dos Direitos Humanos será pelo Senador Paim, em contrapartida a Câmara dos Deputados pode piorar, devido que Eduardo Cunha fez o diálogo com a bancada evangélica e reativou o projeto de Lei da Família e da heterofobia e fora o Dia do Orgulho Hétero. Assim, o Colegiado deve-se organizar para este enfrentamento com a bancada conservadora e fazer uma nota técnica a respeito das passagens das esposas e maridos no decorrer do mandato corrente.

A Presidenta Janaína Oliveira comentou sobre o Item 3 que trata das eleições do CNCD/LGBT de 2015-2017 e que está com a Câmara Técnica de Legislação e Normas e que ao abordar este tema se encerre o trabalho desenvolvido.

A Conselheira Roselaine Dias da Silva destacou que trabalhou no dia de ontem para traçar o perfil na perspectiva de associar conhecimento acadêmico e transversalidade com o movimento e articulação política em geral. Outro ponto foi a Assessoria Jurídica da SDH que fez a leitura da Resolução do Nome Social, apontou algumas questões e a Câmara teve que trabalhar nesta perspectiva. O terceiro ponto é sobre as eleições. A Câmara montou um cronograma, em função da não publicação do Regimento Interno, as eleições devem ser adiantadas e assim por mais 30 (trinta) dias para a próxima posse e gestão, que implica que as eleições serão em início de junho. A Câmara reordenou as datas das reuniões do 1º semestre em função do período das eleições. A proposta que a após a reunião dos dias 16 e 17 de abril, a próxima reunião ordinária seja no dia 09/06 e as eleições no dia 10/06, com o fechamento do processo eleitoral conforme o cronograma. Após a publicação do Regimento Interno, no dia seguinte, se possa em 48 ou em 72 horas publicar o Edital do Regimento Interno das eleições e, de acordo com os prazos seguintes, as eleições e a posse da nova gestão passa para o 2º semestre.

A Conselheira Marylucia Mesquita Palmeira falou sobre o primeiro ponto de pauta da Comissão é Resolução do processo eleitoral e não regimento, e o segundo ponto é a elaboração do edital de convocação sendo responsabilidade da Comissão Eleitoral que ainda vai ser formada e o terceiro e último ponto é relativa as eleições 2015/2017 que é o cronograma apresentado. No Regimento Interno a ser publicado não foi questionado sobre o processo eleitoral e necessita-se de 90 dias de antecedência. Assim propuseram o cronograma.

A Conselheira Roselaine Dias da Silva lembra a todos que não tem muita alteração para ser feita porque já se tem bastante atraso. E diz que não tem como estar alargando prazos.

Marylucia Mesquita Palmeira iniciou a leitura da Minuta de Resolução em todos seus artigos. Na leitura realizada nos arts. 1º, 2º, 3º 4º não houve destaque. No art. 5º cap. III Alexandre Bortolini pede destaque. No cap. IV tudo ok. Capítulo V deve definir o e-mail no parágrafo 1º. No capítulo VI e capítulo VII sem destaque. No parágrafo II sobre o processo de votação deve ser analisada pelo plenário, por não ter consenso na Câmara Técnicas de Legislação e Normas, tendo duas propostas: a da Resolução que previu o processo eleitoral anterior, e a segunda em que cada entidade habilitada por meio de seu representante legal ou preposto deverá votar nas organizações candidatas de sua preferência dentro do próprio segmento. E ao término da leitura, haverá a discussão para votação.

Após toda leitura, Alexandre Bortolini questionou sobre o entendimento das 05 (cinco) unidades da Federação e 03 (três) regiões brasileiras como que se caracterizava esta representação.

Marylucia Mesquita Palmeira respondeu que as 05 (cinco) unidades da Federação e três regiões brasileiras com relatórios de atividades, folders, produções das entidades da sociedade civil que deverão ser apresentados.

Léo Mendes disse que no próprio Estatuto ou na Carta de Princípios vem dizendo qual é a Representação. Em caso de desconfiança, fala-se em fraude e deverá seguir o Código Civil vigente, para dizer qual a área de atuação.

A Presidenta Janaína retomou as propostas da permanência do texto para todas as organizações e a outra por segmento e perguntou aos/às Conselheiros e Conselheiras se alguém teria alguma dúvida ou se poderia ir para a votação.

Léo tem dúvida se é o voto aberto ou em segredo. E considera que o voto é aberto.

Janaína perguntou se há necessidade de discussão.

Roselaine destacou que foi buscado experiências para subsidiar as representações das entidades presentes neste Colegiado. Comentou que a proposta 1 (votação ampla) e deverá ser mantida para resolução para manter a gestão atual. Considerou que as pessoas desconsideram as atividades em que não há leitura. Entendeu-se que está explícito de como se construiu todo processo e dá uma transparência para o controle social.

Daniel destacou sobre a Proposta 2 (votação por segmento) em que não havendo consenso na Câmara Técnica de Legislação e Normas e assim votou-se por segmentos. Não se sentiu confortável para votar em entidades que desconhece. Considerou que é melhor retirar a proposta por não ser a maioria.

Gil Santos, do CMP, disse que não iria brigar sozinho e acatou retirando a proposta também.

A Presidenta Janaína questionou se alguma outra entidade queria reconsiderar e fazer a defesa da proposta 2. Fez-se necessário elencar que não havia ninguém do CNTE presente nesta data e horário para fazer alguma defesa e/ou comentário a respeito das propostas. Foi perguntado se havia alguém em contrário, e assim APROVADA a proposta 1.

Léo solicitou que incluía a votação em aberto, para ser constado em Ata.

A Presidenta Janaína retratou sobre a inclusão da formalidade da terminologia em votação aberta. Assim, todos votam em APROVADA.

Roselaine Dias destacou que o cronograma deveria ser lido novamente, com os 90 dias, publicação em até 05/03 e publicação do edital das eleições até 16/03. E questionou se havia alguma dúvida ou discordância. Assim, APROVADO e de acordo o calendário. Como tem que estar no Diário oficial apresenta-se este cronograma com a palavra 'até'.

A continuação da descrição do cronograma foi: recebimento de inscrição até 16/04; habilitação das redes e organizações até 24/04; divulgação habilitadas para eleição 27/04, prazo de apresentação de recursos até 30/04; prazo para apreciação de possíveis recursos 06/05; publicação das respostas dos recursos até 06/05; eleição para a sociedade do CNCD/LGBT 10/06; publicação do processo eleitoral em Diário Oficial da União até 12/06; em 15/06 para indicar representantes em titulares e suplentes e até 15/07 posse dos integrantes na Reunião Ordinária do CNCD/LGBT.

A Presidenta Janaína questionou se alguém tinha algo a destacar, como não teve foi APROVADA. Solicitou que a Vice-Presidência possa compor a Publicação.

Marylúcia continuou destacando sobre o perfil do consultor ou consultora para a III Conferência Nacional LGBT. A Consultoria deve trabalhar com a terminologia homofobia, lesfobia e transfobia em todos documentos e produtos produzidos não utilizando termos não consensuados nas conferências nacionais a exemplo, de homo, lesbo e transfobia, e esta terminologia não diz nada. É imprescindível garantir a linguagem de gênero porque as questões que são estruturantes deste Conselho são a identidade de gênero e a orientação sexual. Para o objetivo da Consultoria, a contratação de profissional especializado para elaboração do texto-base para III Conferência Nacional

LGBT e compilação e organização das propostas oriundas das Conferências locais e consolidação das propostas da III Conferência Nacional LGBT. Caberá ainda ao Consultor orientar os relatores de cada eixo temáticos da Conferência.

Keila Simpson retratou sobre uma dúvida do Plano de Ação em apresentar de forma exequível na III Conferência. Considerou que deve ter algo palpável para demonstrar para a sociedade civil que está organizada, e ainda que não se pode participar da Conferência sem um Plano de Ação. E que ainda deveria ter duas pessoas ao menos para se fazer o texto-base.

Roselaine disse a respeito deste assunto que se deve trabalhar na equalização de uma equipe de trabalho tendo leituras regionalizadas. E que se deveria pensar em uma equipe de trabalho, ao invés, de apenas um Consultor para todas as regiões.

Samanda informou que não se sabe ainda sobre o valor dos recursos e que tudo o que foi colocado vai ser levado para SDH para discussão.

Marylúcia comentou que o último ponto de pauta da Câmara Técnica de Legislação e Normas foi sobre a revisão da Resolução nº 11: Nome Social nos Boletins de Ocorrência, para contextualizar tirou como referência Yogyakarta, a discussão considerou que as terminologias não eram as melhores e por isso se fez a forma que circulou que todos tiveram a leitura. Sobre os conteúdos na primeira correção, "...Considerando o art. II da Declaração Americana", retirou-se a questão dos dados e manteve-se a do Relatório sobre Violência Homofóbica de 2012. No art. 2.º como não é de caráter obrigatório, acrescentar 'pode' fixar, pois trata-se de uma Resolução para efeitos orientadores e didáticos e não obrigatórios.

Keila Simpson informou que a Câmara Técnica de Articulação Institucional, Planejamento, Orçamento e Monitoramento do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos para LGBT também tem proposta igual e quis expor com a leitura realizada. Quanto a Resolução nº 12, o setor jurídico fez algumas alterações sobre os princípios em que não ser de caráter obrigatório e tirar a palavra 'deve' e colocar 'recomendar'. O Parecer nº 01 foi elaborado pelo Conselheiro Alexandre, do MEC.

Léo comentou sobre a identidade das travestis e transexuais que ficou tirado na reunião com a Câmara Técnica que seria importante que a Coordenação Geral LGBT busque no MEC a mala direta das Secretarias de Educação estaduais e municipais do país para remeter o teor da Resolução para que as prefeituras possam ter este material, e identificar um e-mail de retorno em caso de alguma dúvida. Eles devem saber que é uma questão da área de Direitos Humanos e não do MEC.

Heliana Hemetério fez a exposição dos encaminhamentos durante os dias 23 a 25 de fevereiro em que a Comissão elaborou um documento para dar linha ao texto-base para III Conferência Nacional LGBT, além desse, outro com informativo para os gestores LGBT, gestores municipais e estaduais e fóruns. Foi feita a leitura da Resolução sobre o acesso e permanência de travestis e transexuais nos sistemas e instituições de ensino considerando jovens e adolescentes.

Foi informado por Alexandre Bortolini que no Edital 2015/2016 do MEC, foram apresentados 4 (quatro) projetos com temas LGBT em que 3 foram classificados e um aprovado. E em relação ao PRONATEC Direitos Humanos, foi assinado um acordo de cooperação em janeiro de 2015 entre a SDH e o MEC. Informou ainda a necessidade do levantamento de cursos que seriam do interesse da população de travestis e transexuais, inclusive da possibilidade de criação de novos cursos. A Comissão encaminhou a solicitação de que uma Resolução seja feita incluindo a população de travesti e transexual no acordo de cooperação, pois a mesma não consta. E Heliana continuou em sua fala destacando que para a próxima reunião seja pautada uma apresentação do acordo de cooperação com a participação de um representante da SDH, MEC e PRONATEC. Outra comunicação feita pelo

representante do MEC foi que em reunião do PRONATEC, foi deferida a inclusão do nome social no SISTEC (Sistema do PRONATEC).

Keila Simpson retratou que em várias partes do país algumas críticas sobre a alteração do nome social para nome civil, mas que a orientação que está sendo passada é sobre manter nome social. Há a necessidade de fazer o levantamento para verificar quais os Estados irão fazer a retificação de pré-nome. A proposta é construir uma Resolução neste sentido, que as travestis e transexuais possam ir ao cartório pedir a retificação do pré-nome. O objetivo é fortalecer a questão do nome social.

Léo comentou que o Conselheiro Alexandre fez a proposta de incluir apenas as travestis e transexuais no PRONATEC Direitos Humanos e ele fez a ressalva pedindo que acrescentasse as lésbicas e os gays, com especial enfoque, devido à dificuldade no mercado de trabalho.

Keila destacou como o informativo tem o documento orientador para as etapas regionais, estaduais e municipais das Conferências, dentro da mesma base teórica das outras Câmaras. Colocar um parágrafo sobre entidades que não estão trabalhando necessariamente com o LGBT. Solicitou a Câmara para estudo das leis quando a questão for legislativa.

Marylucia solicitou que lembre para pensar os convidados e a mesa da III Conferência.

Guilhermina solicitou que se entre em contato com as secretarias para a organização. E que é obrigação dos Conselheiros se organizarem.

Léo destacou que é preciso ter mobilização para a III Conferência e que se deve destacar o papel de cada Conselheiro no seu Estado. E ainda que na 25ª Reunião deveria ser tirado das pessoas que ficariam responsáveis pela III Conferência. E questiona que se a SDH vai mobilizar com qual processo comunicacional e as etapas estaduais para a sistematização eficaz do evento. E ainda se vão criar um grupo de trabalho.

Neste momento foi feita parada para o almoço tendo retorno às 14:00 horas.

Após o almoço iniciou-se a fala de Fernanda Teixeira Reis, da Coordenação de Indicadores da SDH, sobre o Relatório de Violência homofóbica no Brasil, adaptação, reformulação e consolidação de uma matriz de análise periódica. Destacou que os indicadores devem ser mensuráveis. Esta pesquisa deve como objetivos: elaborar procedimentos padronizados para geração e manutenção de séries históricas; elaborar estratégias e material de análise para recepção e organização de indicadores de processo, estrutura e resultados; e reestruturar e disseminar o relatório sobre violência homofóbica de 2013/2014. Os desafios são: identificar variáveis e elaborar indicadores próprios da violência homofóbica no Brasil; consolidar processos de busca e materialização de dados; criar memória de obtenção e cálculo dos indicadores; elaborar fichas e dicionário de meta-dados; elaborar uma matriz consolidada que permite continuidades na elaboração anual dos relatórios; e revisar e consolidar os relatórios anteriores.

Segundo Fernanda o relatório de 2014 tem uma linguagem mais acessível para que se entenda o que se quer alcançar. Há dados que não são da SDH, e há a necessidade de se citar dados, sendo que os desafios são de mapear e consolidar bases de dados e elaborar indicadores; Disque 100 - não permite cruzamentos aprofundados; Disque 180 não há desagregação das denúncias; Ouvidoria SUS - dificuldade de desagregar a base; dados hemerográficos, dados secundários não há análise. E comentou ainda que foi pedido um consultor para ajudar e assim solicitou um Termo de Referência para consolidação dos dados de anos anteriores e atual criando novos mecanismos.

Léo Mendes explanou que precisava das denúncias ocorridas com o LGBT no Brasil e que se deveria focar as denúncias do processo de violência e como estão as variantes de denúncias. E é importante para transformar em Política Pública, provando que há violência de direitos na área LGBT.

Fernanda salientou que se deve ter cuidado com a notificação das denúncias, para não se criar uma política subnotificada, como prova uma violação.

Marina Reidel falou sobre a dificuldade de que na hora da denúncia o indivíduo identifica em qual gênero se enquadra. Solicitou assim que CREAS, CRAS, SUAS possam estar presente na próxima Reunião do Conselho para que se possa resgatar conhecimentos sobre orientação sexual.

Lucas comentou que se deve aprimorar os dados futuros para o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciário e o Conselho Nacional do Ministério Público.

Gil destacou que deveria incluir a orientação sexual e a identidade de gênero na pesquisa.

Fernanda pediu que quem tiver dados passe no e-mail dela: [fernanda.reis@sdh.gov.br](mailto:fernanda.reis@sdh.gov.br)

Adrianna explanou que com a Irina, a Presidente da Câmara Técnica Yone e Jovanna irão verificar a demanda da violência na cidade de Itatira/CE.

Roselaine considerou que deveria ser uma visita local, articulada com a secretaria de segurança pública do estado.

Janaína comentou que já que se não usa a terminologia gayfobia também não poderia usar bifobia. Temas, neste sentido, serão discutidos na III Conferência, é não criminalizar um segmento ou outro.

Marylucia considerou que se faça um debate político, a nível estadual, distrital e federal sobre a terminologia para subsidiar e que todos tenham conhecimento da temática.

Janaína comentou que o governo deve dialogar entre si. E questiona sobre quem não veio a reunião e teve a passagem comprada e terá um ônus.

Márcia Canário, do MRE, informou que é uma vitória a Resolução 27/32 aprovada no Conselho de Direitos Humanos da ONU sobre identidade de gênero e orientação sexual que reafirma a dignidade humana. Falta a ratificação, pois contém 14 notas de rodapé (14 países) em que a maioria é caribenha. Este ano a meta é diminuir o número de países no rodapé. A 29ª Sessão será realizada em junho, onde será apresentado um relatório afim de manter a temática na agenda. E ainda destacou em sua fala que há um crescimento no tema.

Léo comentou que a III Conferência deveria ter a temática desenvolvida pela Márcia como contribuição. O enfoque do governo brasileiro demonstra as ações que estão sendo realizadas.

Segundo Márcia, o objetivo é fazer um documento para que os consulados orientem os brasileiros nas viagens evitando problemas futuros. Informou ainda que o Comitê gestor de Gênero e Raça no Itamaraty capacita funcionários e inclui a temática do LGBT e procura qualificar melhor os funcionários.

Jackson Raimundo, Assessor Técnico Da Deputada Federal Maria do Rosário, discursou a respeito do Projeto de Lei 7582.

Lucas destaca que no art. 9º impõe a restrição de direito.

Marylucia comentou que foi apresentado em maio e em novembro aprovado na Comissão de Justiça, em fevereiro foi redistribuído para discussão de combate ao crime organizado. Assim não vai mais para o plenário, isso cabe ser aprovado.

Léo comentou que o Conselho tem que saber se é esse o Projeto a ser apoiado e encaminhar para a Casa Civil para ser aprovado.

Samanda confirmou que a Ministra terá audiência com o Presidente do Supremo Tribunal Federal em 12/03, e salientou a necessidade da Coordenação-Geral de Promoção dos Direitos de



LGBT juntamente com a Assessoria Parlamentar da SDH fazer contato com a Câmara dos Deputados, assim que tiver definição das Comissões.

Keila solicitou que se reforce a importância do Projeto e que avance no Judiciário e que os parlamentares que sejam aliados desta pauta possam apresentar mais projetos.

Lucas menciona a possibilidade de realizar uma audiência pública.

Marta lembra que no próximo mês o PPA vai haver mudanças, mas por enquanto sem definições, e que se deve conceber o PPA em termos de metas e resultados.

Leo considerou que se deve aprofundar na Câmara Técnica sobre o PPA.

Samanda encerra a 25ª Reunião Ordinária do CNCD/LGBT.